

INTERLEGIS

a Internet do Legislativo

Às vésperas das eleições municipais do ano 2000, o grande número de CPIs espalhadas por todo o País tem servido para promover e dar visibilidade à parlamentares de todos os partidos. Mas, o que pode mudar o trabalho das mais de 5000 casas legislativas do Brasil está acontecendo longe dos plenários. A Interlegis, uma espécie de Internet do poder Legislativo, foi lançada há dois anos e deve começar a funcionar, em 558 municípios brasileiros, a partir do próximo ano.

A rede vai ser executada pelo Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen). Segundo a diretora do Centro, Regina Célia Borges, a rede vai viabilizar a comunicação entre todas as casas legislativas do Brasil. Serão instaladas salas, com infra-estrutura para videoconferências, nas 27 assembleias legislativas, na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e no Tribunal de Contas da União (TCU). As salas funcionarão como um "plenário virtual", onde parlamentares poderão discutir assuntos nacionais, sem precisar deixar seus estados de origem.

Em janeiro de 1998, a Interlegis foi apresentada ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que apreciou e aprovou o projeto. Com o aval do Banco, foi feito um empréstimo de US\$ 25 milhões junto à instituição. O acordo foi assinado, em julho, pelos presidentes do BID, Enrique Iglesias, e do Senado Federal, Antônio Carlos Magalhães (PFL/BA). O acordo também conta com uma contrapartida nacional do mesmo valor, tota-

lizando US\$ 50 milhões os recursos para a implantação da rede de computadores do poder Legislativo.

A meta é que a Interlegis atinja 2500 municípios brasileiros, com estações compostas de microcomputador, impressora, placa de vídeo e antena parabólica. A estimativa é que o projeto seja concluído em três anos. No primeiro deles, 558 cidades serão atendidas (300 já aderiram ao programa), identificadas pelo IBGE e aceitas pelo BID. Para participar da Interlegis, as casas legislativas precisam disponibilizar espaço físico e assistência técnica, além de garantir a manutenção dos equipamentos.

Os parlamentares terão direito a uma *home-page* e a um endereço para correio eletrônico. Dessa forma, os políticos poderão mostrar suas ações aos eleitores. Estes terão a chance de acompanhar e fiscalizar os representantes. Além disso, os cidadãos terão a oportunidade de conseguir informações sobre o andamento de processos legislativos, inclusive de CPIs. Depois da Interlegis, o trabalho dos parlamentares pode ficar mais transparente.

Segundo a diretora do Prodasen, a rede também será um instrumento para treinar servidores dos órgãos legislativos. "Está prevista a realização de cursos específicos, como sobre orçamento, por exemplo. Além disso, a Interlegis terá uma área restrita aos parlamentares a aos órgãos, e outra pública aberta a todo cidadão que tenha acesso à Internet", relata Regina Célia.

ADELCIANO ALEXANDRE
Repórter do JORNAL DE BRASÍLIA

